



## SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

17ª Reunião Plenária – Lisboa, 12 e 13 de Março de 2008

### ACTA DA REUNIÃO

Aos dias 12 e 13 de Março de 2008 realizou-se em Lisboa, nas instalações do Ministério da Defesa Nacional, a 17ª Reunião Plenária do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa/SPAD, nos termos da alínea b., parágrafo 2. do Cap. III do Normativo do SPAD, aprovado por ocasião da III Reunião dos Ministros da Defesa, realizada em Luanda em 22 e 23 de Maio de 2000.

Presidiu à Reunião, em representação do Dr. Paulo Vizeu Pinheiro, Director-Geral de Política de Defesa Nacional de Portugal, e Coordenador do SPAD, o Major-General Mário Rui Gomes, Subdirector-Geral de Política de Defesa Nacional.

Participaram os Delegados dos Ministérios da Defesa Nacional e dos Estados-Maiores-Generais das Forças Armadas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, bem como o Director do CAE.

Assistiu à reunião o Dr. Sancho Coutinho, em representação do Secretariado Executivo da CPLP.

Abriu os trabalhos o Major-General Mário Rui Gomes, que começou por desejar, a todas as Delegações presentes, bem como ao representante do Secretariado Executivo da CPLP, as boas-vindas ao MDN.

Na sua intervenção abordou os dois pontos que considerou mais importantes da Agenda de Trabalhos, considerando o impacto que teriam no futuro da CPLP, enquanto organização multilateral contribuinte para a Segurança e para o Desenvolvimento: a proposta de criação de Centros de Excelência de Formação de Formadores e, em especial, a Declaração dos Ministros da Defesa Nacional para a sua próxima reunião, em Díli, e a proposta de criação do cargo de Subdirector do Centro de Análise Estratégica, com base num projecto elaborado pela Direcção do Centro, cuja disponibilidade realçou, e cuja aprovação muito contribuiria para a revitalização do CAE.



## SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

Terminou informando que, para efeitos do prosseguimento e condução dos trabalhos, se fazia representar pelo Director do Departamento de Cooperação Técnico-Militar, Dr. Saldanha Serra.

Seguidamente, deu-se início aos trabalhos da 17ª Reunião Plenária do SPAD de acordo com os pontos da Agenda previamente distribuída.

### Ponto Prévio – Aprovação da Agenda de Trabalhos (Anexo A)

A Delegação de Angola sugeriu que, de futuro, os pontos relativos à apresentação de Propostas e Análise dos temas a incluir nas Agendas das reuniões de MDN e de CEMGFA fossem inscritos no final dos trabalhos do SPAD, por forma a permitir que incorporem conclusões da discussão havida em Plenário.

Colocada a Agenda à consideração do Plenário, a mesma foi aprovada por unanimidade, passando os pontos 1 e 2 para pontos 5 e 6 respectivamente.

### Ponto 1 – Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio da Defesa (ponto de situação das formalidades constitucionais para a entrada em vigor do Protocolo)

A Delegação de Angola informou que o Protocolo se encontra na Assembleia Nacional para aprovação.

A Delegação do Brasil referiu por sua vez que o documento se encontra no Congresso.

A Delegação de Cabo Verde referiu que o Protocolo se encontra no MNE.

A Delegação da Guiné-Bissau referiu não ter indicação concreta sobre a fase em que se encontra o processo de aprovação do Protocolo, mas que o mesmo está em curso.

A Delegação de Moçambique informou que o facto de não terem recebido o original do Protocolo, mas sim uma cópia autenticada pelo Secretariado Executivo da CPLP, tinha suscitado dificuldades de natureza formal e procedimental que estão a procurar ultrapassar.

A Delegação de São Tomé e Príncipe informou que o Protocolo se encontrava na Assembleia Nacional, mas que a mudança de Governo vai obrigar a novo agendamento na nova sessão legislativa.

A Delegação de Timor-Leste informou que o Protocolo se encontra no MNE.

A Delegação de Portugal informou que o Protocolo se encontra, igualmente, no MNE.



## SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

### Ponto 2 – Projecto de Declaração dos MDN sobre Centros de Excelência de Formação de Formadores da CPLP

A discussão deste ponto centrou-se no projecto de Declaração que o Secretariado fez circular, bem como nos comentários e sugestões que o mesmo mereceu por parte dos diversos Países.

A Delegação de Angola explicou os fundamentos das suas sugestões, em particular a razão da junção, logo na Declaração, do conteúdo dos Termos de Referência, o que constituía uma forma de reforçar o significado político do documento.

A Delegação do Brasil apresentou as suas perspectivas e propostas alternativas para a Declaração, realçando a conveniência em não fazer referência, nesta fase do processo, à possibilidade de o financiamento dos Centros ser feito através de quotas.

A Delegação de Cabo Verde deu nota de que considerava que o projecto de Declaração circulado pelo SPAD respondia ao que se pretendia, pelo que preferia manter a forma de Declaração com Termos de Referência, indicando, ainda, que se devia manter a referência às Operações de Apoio à Paz como área específica de formação de formadores nestes Centros.

A Delegação da Guiné-Bissau disse concordar, na essência, com o projecto apresentado pelo SPAD, concordância essa de que já havia dado nota através de um documento, que entregou para ser distribuído pelo Plenário (Anexo B), e que estaria, há já algum tempo, na posse da Embaixada da Guiné Bissau em Lisboa, que contudo não o fez chegar ao SPAD. Disse, ainda, que qualquer alteração de fundo ao projecto teria de ser reapreciada de novo.

A Delegação de Moçambique justificou as suas propostas de alteração com a necessidade de dar mais conteúdo formal à Declaração. Quanto ao financiamento referiram perceber que prever uma quota poderia ser um travão à conclusão desta fase do processo.

A Delegação de São Tomé e Príncipe fundamentou as sugestões que fez ao projecto, manifestou o entendimento de que se devia manter a referência às Operações de Apoio à Paz e referiu que o financiamento destes Centros é um aspecto de resolução problemática.

A Delegação de Timor-Leste informou não lhe ter sido, ainda, transmitida a posição oficial do seu Governo sobre esta matéria.

A Delegação de Portugal disse que tinha disponibilidade para aceitar a Declaração conforme constava do projecto circulado pelo SPAD ou aceitar a sugestão de Angola, e insistiu na importância de não se retirar, do documento que os MDN irão aprovar, a referência à formação de formadores na área das Operações de Apoio à Paz, tema incontornável na agenda internacional.



## SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

O debate generalizou-se, tendo a Delegação de Angola, face ao entendimento maioritário das restantes Delegações quanto à manutenção da forma de Declaração, com Termos de Referência anexos, aceite prescindir da sua posição de concentrar tudo num único documento.

Assim, foi aprovado, por consenso, o projecto de Declaração dos MDN sobre a criação de Centros de Excelência de Formação de Formadores da CPLP, que será agendado na X Reunião de MDN, a realizar em Díli, em Maio próximo (Anexo C).

### Ponto 3 – Exercícios da Série FELINO

A Delegação Portuguesa apresentou os aspectos mais relevantes, e actualizados, sobre o Exercício FELINO FTX 2008, que decorrerá em Portugal, após a realização da Conferência Inicial de Planeamento (Anexo D).

Em seguida, foram analisados alguns documentos relativos aos Exercícios FELINO, apresentados na 16ª reunião plenária do SPAD, tendo-se concluído:

- Directiva Inicial de Planeamento para o FELINO 2008 – aprovada consensualmente;
- Acordo Técnico para o FELINO 2008 - deve ser aprovado pelos CEMGFA e assinado pelos MDN, como tem vindo a suceder até ao presente;
- Memorando de Entendimento Permanente para os Exercícios FELINO – a necessitar de aprofundamento, antes de ser agendado para as reuniões de CEMGFA e de MDN.

A Delegação da Guiné-Bissau deu nota das razões pelas quais não tinha estado nenhum representante guineense na Conferência Inicial de Planeamento, e referiu que aceitava os cargos que lhe tinham sido distribuídos no Exercício.

A Delegação de Moçambique explicou, também, os motivos de ausência de representantes naquela Conferência, informando que, como organizador do próximo Exercício FELINO, aceitava o cargo de 2º Comandante e que iria participar com uma Secção de Fuzileiros Navais.

A Delegação de Timor-Leste informou que a sua participação no FELINO 2008 deverá ser como observador, questão que está, ainda, a ser analisada internamente.

A Delegação Portuguesa suscitou a possibilidade de as representações de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Moçambique, de São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste que irão participar no Exercício poderem ser transportadas, para Portugal, por Angola e Brasil.

As Delegações de Angola e do Brasil informaram que, em princípio, esse transporte poderia ser garantido.



## SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

Por sugestão da Delegação de Portugal, no seguimento do já solicitado anteriormente, foi fixado o próximo dia 15 de Junho como data limite para que os Países possam transmitir, ao SPAD, informação sobre interesse em utilizar o Centro de Operações e Formação criado, em São Tomé e Príncipe, quando da realização do FELINO 2007, e cuja apresentação ao Plenário ocorreu na 16ª reunião do SPAD.

### Ponto 4 – Centro de Análise Estratégica da CPLP

O Director do CAE/CPLP fez uma apresentação do Relatório Anual das Actividades e de Contas do CAE/CPLP de 2007 e do Plano de Actividades e Orçamento Suporte do CAE/CPLP para 2009 (Anexo E), tendo distribuído estes documentos pelas diversas Delegações (Anexos F e G).

Deu especial ênfase à necessidade de os Núcleos Nacionais (NN) do CAE/CPLP apresentarem relatórios trimestrais sobre as actividades desenvolvidas, à necessidade de os NN procederem à actualização dos dados existentes no CAE relativos aos seus Países e à necessidade de os NN convidarem o CAE para iniciativas no domínio da Segurança e Defesa.

Informou, ainda, da realização de duas Conferências, uma em Agosto de 2008, em Maputo, sobre Cidadania, Liderança e Defesa Nacional, outra, em 2009, no país que acolher a reunião de MDN, sobre Profissionalização nas Forças Armadas, a Ética e a Profissão Militar.

O Plenário registou as preocupações do Director do CAE, ficando definido que, na falta dos relatórios trimestrais, a Direcção do CAE comunicará, ao SPAD, essa omissão.

A Delegação do Brasil questionou o facto de as conclusões do trabalho sobre Terrorismo não incorporarem uma sugestão brasileira.

O Director do CAE/CPLP referiu que, efectivamente, se verificou um erro na redacção do documento, que está a ser alterado.

O Plenário considerou, por consenso, que o Relatório Anual das Actividades e de Contas do CAE/CPLP de 2007 e o Plano de Actividades e Orçamento Suporte do CAE/CPLP para 2009 estavam em condições de ser agendados para as reuniões de CEMGFA e de MDN.

Iniciada a discussão sobre a proposta de criação do cargo de subdirector do CAE, e das alterações estatutárias e regulamentares propostas pela Direcção do Centro, no cumprimento de mandato recebido na 16ª reunião do SPAD, foi constatada e elogiada a abrangência do trabalho efectuado.

Foi entendido, por consenso, que a apreciação, em concreto, das alterações estatutárias e regulamentares relativas ao CAE devia ser mais aprofundada pelas diversas Delegações, considerando que o tempo de análise foi curto face ao alcance das propostas sugeridas, sendo que muitos países não tinham,



## SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

ainda, posição oficial sobre as mesmas.

As Delegações concordaram, por consenso, em que os MDN devem abordar esta questão na sua X Reunião, exarando na respectiva Declaração Final referência à necessidade de criar o cargo de Subdirector do CAE, atribuindo ao SPAD a tarefa de concretizar, nos Estatutos e no Regulamento, essa figura, apresentando uma proposta concreta até à XI Reunião de MDN.

### **Ponto 5 – Apresentação de Propostas e Análise dos pontos a incluir na Agenda da X Reunião de MDN, a realizar na República Democrática de Timor-Leste**

Neste ponto, a Delegação de Cabo Verde, invocando instruções expressas nesse sentido da sua Ministra da Defesa Nacional, e Presidente em exercício do Fórum Ministerial de Defesa da CPLP, solicitou informação sobre a existência de condições, em Díli, para receber a X reunião de MDN, considerando que não podia passar mais um ano sem que a mesma se realizasse.

A Delegação de Timor-Leste confirmou que há condições para levar a efeito a X reunião de MDN, em Díli.

A Delegação de Portugal informou que irá apoiar, expressamente, e mediante pedido das Autoridades timorenses, a organização da reunião, e deu nota das expectativas positivas que tem sobre a sua concretização.

A Delegação de Cabo Verde esclareceu que formula todos os votos para que seja Díli a receber a X Reunião de MDN, tendo apenas colocado a questão anterior por necessitar de informação.

As Delegações acordaram, por consenso, na Agenda Provisória (Anexo H).

### **Ponto 6 – Apresentação de Propostas e Análise dos pontos a incluir na Agenda da 10ª Reunião de CEMGFA, a realizar na República Federativa do Brasil (Abril 2008)**

As Delegações acordaram, por consenso, na Agenda Provisória (Anexo I).

### **Ponto 7 – Diversos**

A Delegação de Moçambique alertou para a necessidade de o Brasil e Timor-Leste não se esquecerem de convidar o Director do CAE para as reuniões de CEMGFA e de MDN que irão acolher, respectivamente.

A Delegação do Brasil fez uma breve apresentação do Programa de Actividades da 10ª Reunião de CEMGFA, tendo distribuído o mesmo em suporte de papel (Anexo J), bem como os convites para a referida Reunião.



## SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

O Representante do Secretariado Executivo da CPLP informou da realização de uma Conferência Internacional sobre o Narcotráfico na Guiné-Bissau, de que resultaram duas notas sobre possível iniciativa da CPLP nesta matéria, cuja cópia distribuiu (Anexo L).

Fazendo parte integrante da presente Acta, apresentam-se em anexo os seguintes documentos:

- Anexo A – Agenda da 17ª Reunião do SPAD
- Anexo B – Posição da Guiné-Bissau sobre o Projecto de Declaração dos MDN sobre Centros de Excelência de Formação de Formadores da CPLP
- Anexo C – Projecto de Declaração dos MDN sobre a criação de Centros de Excelência de Formação de Formadores da CPLP
- Anexo D – Documentos do Exercício FELINO FTX 2008
- Anexo E – Intervenção do Director do CAE/CPLP
- Anexo F – Relatório Anual das Actividades e de Contas do CAE/CPLP de 2007  
(na posse das Delegações)
- Anexo G - Plano de Actividades e Orçamento Suporte do CAE/CPLP para 2009  
(na posse das Delegações)
- Anexo H – Agenda Provisória da X Reunião de MDN
- Anexo I – Agenda Provisória da 10ª Reunião de CEMGFA
- Anexo J – Programa da 10ª Reunião de CEMGFA
- Anexo L – Notas sobre possível iniciativa da CPLP na sequência da Conferência Internacional sobre o Narcotráfico na Guiné-Bissau (na posse das Delegações)

Lida e aprovada a Acta, seguem as assinaturas do representante do Coordenador do SPAD, de todos os Delegados presentes, do Director do CAE e do Representante do Secretariado Executivo da CPLP.

Lisboa, aos treze dias do mês de Março do ano de dois mil e oito

O Representante do Coordenador

Major-General Mário Rui Correia Gomes



**SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA**

A Delegação Angolana

  
Cor Mário Gustavo da Silva

Cor Feliciano Salomão Himulova



Cor Camilo João Manuel



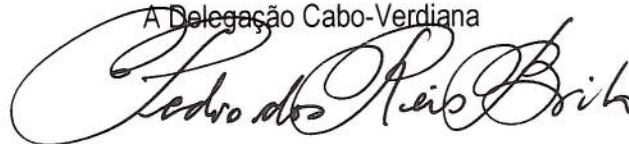
A Delegação Brasileira

  
Cel (EB) Telmo Henrique de Sequeira Megale

  
CMG Marcos Thadeu Nazareth Ramos

  
Cel (EB) Carlos Fernando Freitas de Almeida

A Delegação Cabo-Verdiana

  
TCor Pedro dos Reis Brito

A Delegação Guineense

  
TCor Arsénio Lassana Baldé

  
Dr. Mário Nosoline





**SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA**

A Delegação Moçambicana

TCor Alberto Mazivila

A Delegação Portuguesa

Dr. João Pedro Saldanha Serra

Cor Rui Cruz Silva

CFr Victor Manuel S. Leite Braga

CMG Nuno Jorge Faria de Mendonça

CFr José Eduardo Madureira

TCor Nuno Manuel Mendes Farinha

A Delegação Santomense

TCor Felisberto Maria Segundo

A Delegação Timorense

TCor Donaciano Gomes



**SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA**

O Director do CAE

Cor Domingos Salazar Manuel

O Representante do Secretariado Executivo da CPLP

Dr. Sancho Coutinho